Senado vai investigar o setor automobilístico

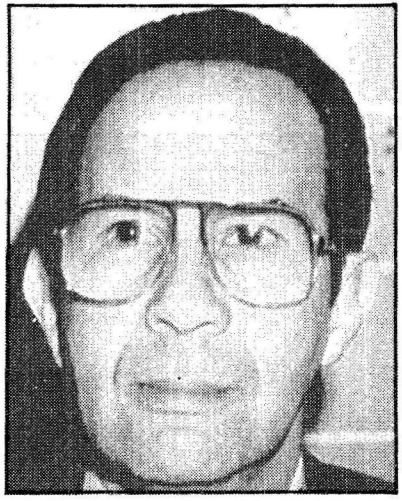
16-7-89

BRASÍLIA — O Senado instalou, ontem, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades na indústria automobilística nacional. O objetivo é verificar a veracidade das constantes reclamações do setor sobre defasagem de preços, embora este ano os automóveis tenham sido reajustados 21,5% acima da inflação, até o dia 16 de outubro, quando houve o último aumento.

A iniciativa de instalar a CPI foi do Senador Gomes Carvalho, ex-Presidente da Federação Nacional das Distribuidoras de Veículos Automotores (Fenabrave) e que há 60 dias assumiu a vaga de Senador deixada por Afonso Camargo, licenciado para disputar as eleições presidenciais.

Proprietário de seis concessionárias no Paraná, Carvalho espera contar com o apoio da bancada do setor no Congresso, composta por 23 Deputados e três senadores, para abrir a CPI e divulgar à imprensa as planilhas de custo do setor automobilístico.

— Até o dia 15 de dezembro, devemos ter concluído o relatório, que será entregue às autoridades econômicas. A CPI deve nos mostrar os caminhos para solucionar a crise de demanda de automóveis que observamos hoje no Brasil — explicou o Senador.



Senador José Carlos Gomes Carvalho

Segundo ele, as 4.200 concessionárias espalhadas pelo País têm capacidade para absorver mais 20% do que é produzido atualmente pelas montadoras, em torno de 800 mil veículos por ano. Explicou que existe um atraso hoje, somente no atendimento a consórcios, da ordem de 30 mil carros, entre leves e pesados.

— Isto pode colocar as concessionárias como vilões — teme Carvalho.

O Senador será o relator da CPI e contará com sua experência de 30 anos no setor para descobrir o ponto de conflito entre montadoras e o setor de peças.

Aproveitando o bom trânsito que possui, Carvalho conversou, nos últimos dias, diversas vezes, com os Presidentes da Anfavea, Jacy Mendonça, e do Sindipeças, Pedro Eberhardt, mas de nenhum dos dois obteve respostas adequadas para as solicitações de reajustes acima da inflação nas câmaras setoriais e a entrega irregular de veículos às concessionárias.

O mês de outubro, por exemplo, fechou com apenas 87% dos pedidos acertados há mais 90 dias.